

O Materialismo Histórico de Manoel Maurício de Albuquerque na “*Pequena História na Formação Social Brasileira*”

Sérgio Braga¹

Às vésperas do centenário de nascimento de Manoel Maurício de Albuquerque — nascido em 1º de dezembro de 1927, em Viçosa, Alagoas —, a elaboração deste dossiê para o site *marxismo 21* oferece uma oportunidade para retirar sua obra da posição relativamente marginal que ainda ocupa na historiografia e no pensamento marxista brasileiros. Com efeito, embora seja nome de Salões Nobres, Centros Acadêmicos, CIEPS, e outros espaços públicos, talvez poucos frequentadores destes locais tenham informações sobre a trajetória daquele que lhes deu o nome, ou tenha lido alguns de seus trabalhos. Entretanto, deve ser lembrado que, no contexto de crise da ditadura militar brasileira, durante as décadas de 1970 e 1980, Manoel Maurício foi intelectual extremamente atuante na esfera pública nacional, sendo sua *Pequena História da Formação Social Brasileira* uma das principais referências para aqueles que queriam se familiarizar com o pensamento crítico sobre a história de nossa formação social, refletindo sobre seus avanços e vicissitudes de uma perspectiva mais ampla. Esse fato também serviu de estímulo para a organização do presente *dossiê*, que se pretende uma oportunidade de revisitar e preservar a obra deste grande historiador e cientista social, que tanta importância teve nos anos 1970 e 1980 no Brasil. A recuperação de suas contribuições não deve, no entanto, assumir o caráter de simples homenagem retrospectiva, mas constituir uma oportunidade de leitura e trabalho crítico de reflexão sobre sua obra

¹ Sérgio Braga é professor de ciência política do DECP-UFPR.

e seu legado. Sua interpretação da formação social brasileira, baseada na articulação entre estruturas econômicas, jurídico-políticas e ideológicas, permanece como uma proposta instigante para compreender a dinâmica de desenvolvimento da sociedade brasileira desde a colonização. Desenvolvimento este compreendido como um processo de estruturação e desestruturação sociais, intermediados por períodos de transformação e transição, e por acontecimentos críticos que provocam rupturas de médio alcance, dentro dos limites estabelecidos por tais macro-estruturas.

Também importa ilustrar a amplitude de uma trajetória intelectual que não se limitou à produção universitária, mas caracterizou-se pela atividade didática intensa como professor, no mais nobre sentido que se possa dar a esta expressão, especialmente em cursos de ensino médio. Bacharel e licenciado em História e Geografia pela antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, em 1954, Manoel Maurício atuou como pesquisador, conferencista, autor de materiais didáticos, colaborador da imprensa e professor em diferentes níveis de ensino.

Nesse texto, procuraremos apontar brevemente alguns aspectos que consideramos relevantes para entender a proposta de Manoel Maurício, de ler a história brasileira a partir do modelo “althusseriano” de três estruturas, “determinadas em última instância” pelo econômico. Com efeito, no caso do Brasil, como em muitos outros países, a recepção das críticas de E. P. Thompson e outros autores a Althusser contribuiu para consolidar, em boa parte das ciências sociais e da historiografia, a identificação do marxismo estruturalista com uma concepção “mecanicista” da história. Nessa concepção, o jogo impessoal das estruturas tenderia a substituir a ação humana, as classes se reduziriam a posições abstratas no sistema

de estratificação social, sem lugar para a ação coletiva dos atores e dos conflitos políticos dos quais participavam. E a experiência dos “sujeitos” desapareceria diante das exigências de reprodução “inevitável” e impessoal das estruturas que compõem um modo de produção (Thompson, 1978).

A obra de Manoel Maurício de Albuquerque oferece um importante contraponto a essa generalização equivocada. Como observa Eulália Maria Lobo em seu texto, Maneco apropriou-se seletivamente do quadro conceitual althusseriano, que teve certa influência no contexto dos anos 70 no Brasil e mesmo posteriormente (Saes, 1994), para superar o empirismo de sua formação inicial e ordenar um vasto material histórico e geográfico. Mas não transformou as categorias de estrutura, modo de produção e formação social em esquemas imóveis ou estáticos, imunes às mudanças e aos impactos das lutas sociais.

Sua análise separava metodologicamente as estruturas econômica, jurídico-política e ideológica para reconstruir suas articulações, temporalidades desiguais e tensões, e não para estabelecer uma causalidade linear em que a economia determinasse automaticamente os demais níveis. Embora não (re)trabalhasse criticamente as categorias fundamentais do estrutural-marxismo, como o fizeram outros autores no Brasil, podemos inferir da leitura de suas obras que as estruturas designam os padrões e regularidades de longa duração predominantes e historicamente constituídos num dado espaço territorial, dentro dos quais os agentes atuam, organizam interesses, produzem ideologias, resistem à dominação e alteram as relações sociais delimitadas por tais matrizes ou interações sociais. Seu “althusserianismo” não foi, portanto, uma adesão a um modismo acadêmico ou a algum tipo de ortodoxia política, mas sim uma apropriação de ferramentas teóricas capazes de relacionar

acontecimentos, instituições e conflitos numa totalidade social em movimento, ou seja, numa formação social. Assim sendo, a *Pequena história da formação social brasileira* foi concebida como investigação aberta, escrita em linguagem acessível e orientada tanto para suscitar perguntas quanto ofertar respostas aos problemas historiográficos que aparecem em suas páginas.

Essa apropriação crítica manifesta-se, por exemplo, no lugar concedido por Manoel Maurício aos dominados e às lutas sociais dos explorados, tornando visíveis os processos de resistência e desafio ao poder que uma certa historiografia procurou apresentar como marginais, irracionais ou inexistentes. Reduz-se, nessa versão simplista, o processo histórico a um mero jogo de sombras entre elites dirigentes, enquanto o povo assistia “bestializado” às grandes mudanças históricas que ocorriam sem sua participação, influência ou conhecimento. Ao invés, para Manoel Maurício a reprodução das estruturas sociais ocorre num ambiente mais complexo do que imaginado por essa visão elitista tradicional e limitada dos processos sociais, sendo resultado da interação entre diferentes grupos sociais e do entrecruzamento entre seus projetos. Embora estes tenham pesos diferente na resultante final que constitui cada acontecimento histórico, via de regra não são redutíveis à concretização integral dos projetos de nenhum agente histórico isolado, o que torna a prova de causalidade dos eventos históricos um processo muito mais complexo do que imagina a visão elitista tradicional, conforme já observado pelo velho Engels em suas *Cartas sobre o Materialismo Histórico*.

Assim, a título de exemplo, as estruturas escravistas não aparecem em sua obra como um mecanismo que se reproduz independentemente dos indivíduos, mas como um sistema que organiza as relações de exploração, sustentado pela coerção estatal, por práticas ideológicas

e jurídicas, e pela ação concreta de proprietários, comerciantes e agentes públicos, permanentemente confrontadas por fugas, rebeliões, quilombos e variadas táticas de luta e resistência dos escravizados. Suas sínteses de eventos como Palmares, as comunidades indígenas, Canudos, Contestado, as santidades, o movimento operário e as revoltas rurais e urbanas procuravam demonstrar que a formação brasileira não resultara de uma evolução pacífica nem da suposta cordialidade nacional, mas de conflitos nos quais os dominados também produziram práticas, organizações e projetos históricos.

Como observam outros interlocutores de suas obras, a incorporação do materialismo histórico constituiu um ponto de inflexão em uma trajetória inicialmente marcada pela pesquisa empírica, pela geografia humana, pela cartografia histórica e pelo estudo da ocupação territorial e da colonização do Brasil. A título de exemplo, segundo o depoimento já citado da eminente historiadora Eulália Maria Lahmeyer Lobo, colega de pesquisas do Maneco, foi por volta de 1968, aos quarenta anos, que Manoel Maurício iniciou um estudo sistemático da filosofia e do materialismo histórico, procurando reelaborar o material acumulado durante sua atividade como professor e pesquisador². Ele próprio reconhecia que sua formação excessivamente empírica o havia tornado pouco afeito à abstração. O encontro com o marxismo ofereceu-lhe, portanto, os instrumentos conceituais para reorganizar conhecimentos dispersos e convertê-los em uma interpretação razoavelmente sistemática e organizada da história brasileira.

² “Em 1968, aos quarenta anos de idade [...] Manoel Maurício iniciou o estudo da Filosofia e do materialismo histórico e passou a reformular o material empírico acumulado em tantos anos como Professor” (LOBO, 1987, p. 20).

Essa mudança não significou o abandono do conhecimento factual anteriormente adquirido. Ao contrário, o rigor documental, o domínio da geografia e a preocupação com a ocupação espacial da formação social brasileira, a familiaridade com a cartografia e o conhecimento minucioso dos acontecimentos históricos permaneceram como elementos constitutivos de seu trabalho. Conforme observa ainda Maria Bárbara Levy, outra historiadora bastante próxima ao autor, Manoel Maurício encontrou no marxismo de vertente estruturalista — especialmente em Althusser — um modelo teórico no qual procurou organizar as numerosas informações empíricas de que dispunha, sem, no entanto, converter esse modelo em esquema rígido. Dessa maneira, evitava tanto o empirismo, que reduz a história a uma sucessão de fatos e acontecimentos supostamente “singulares” sem conexão dialética entre si, quanto o teorismo, que força os processos concretos a se ajustarem rigidamente a categorias previamente estabelecidas servindo apenas como “ilustração de hipóteses” e teses gerais, sem potencial de agregar complexidades e desafios aos próprios esquemas teóricos³.

A categoria central dessa reelaboração foi a de *formação social*. Ao escolher o título *Pequena história da formação social brasileira*, Manoel Maurício afastava-se de uma história do Brasil concebida como “biografia da nação”, sucessão de governos ou narrativa das ações de grandes personagens e eventos históricos sem conexão entre si. A formação social designa uma totalidade histórica concreta entre

³ “O requinte de sua reflexão surge [da] resposta teórica que o marxismo, em sua vertente estruturalista, propôs às informações empíricas acumuladas durante os primeiros anos de sua formação” (...). “Encontrou, especialmente em Althusser, um grande modelo abstrato onde procurou colocar as informações detalhadas da realidade de que dispunha” (...) “Por não ter caído no esquematismo empobrecedor por onde tantas vezes resvalaram tentativas semelhantes, impediu que seus trabalhos ficassem excessivamente datados pelo modismo de uma teoria” (LEVY, 1987, p. 29).

outras, composta pela articulação ou interação recíproca de diferentes relações de produção, instituições políticas, práticas ideológicas e agentes sociais, formando uma combinação complexa na qual determinadas estruturas e relações sociais assumem posição dominante, subordinando outras e delimitando seu papel na reprodução do conjunto social.

Esse procedimento aparece desde as páginas iniciais de sua análise da etapa colonial. Manoel Maurício sustenta que, a partir da implantação da empresa agromanufatureira do açúcar, as relações de produção escravistas se tornaram dominantes na estrutura econômica brasileira, servindo de base de organização de todo o seu sistema econômico. Essa dominância não implicava, no entanto, a inexistência de outras relações. Ao lado do escravismo, encontravam-se formas que ele classificava como feudais, especialmente em certas unidades pastoris e missionárias, práticas de assalariamento pré-capitalista e comunidades indígenas originárias, ainda organizadas segundo formas comunitárias de produção. A especificidade da sociedade brasileira derivava justamente da articulação desigual dessas relações, submetidas a uma estrutura jurídico-política predominante que integrava normativamente num espaço territorial específico em constante expansão as diferentes relações e práticas sociais que nele interagiam.

A formação social brasileira é, além disso, analisada como parte de relações internacionais mais amplas de dominação e subordinação, e não de forma isolada. Para Manoel Maurício, a posição subordinada ou dependente da formação social brasileira integra sua própria organização interna, dirigindo o processo colonizador de ocupação territorial antes habitado por povos originários. Durante a etapa colonial, a economia escravista encontrava-se subordinada à política

mercantilista e articulava-se ao mercado internacional por meio do monopólio comercial, da especialização produtiva, da tributação e dos privilégios concedidos pelo Estado absolutista português, numa acumulação de capital de cunho pré-capitalista, ou seja, sem emprego massivo de trabalho assalariado moderno. O chamado *Pacto Colonial* aparece, por sua vez, como um sistema de práticas econômicas, políticas e ideológicas. O monopólio garantia à burguesia mercantil metropolitana o controle da compra dos produtos coloniais e da venda de mercadorias importadas, inclusive dos africanos escravizados. As proibições à produção de determinados gêneros, às manufaturas e a atividades concorrentes transformavam a economia brasileira em uma estrutura especializada e dependente. A tributação transferia parte adicional do excedente, enquanto os aparelhos jurídicos e ideológicos apresentavam essa organização como legítima. A exploração colonial não decorria, portanto, exclusivamente da circulação mercantil ou “capitalista” desde sempre, mas pressupunha relações de produção internas, classes proprietárias locais, coerção estatal e mecanismos ideológicos de reprodução da ordem.

Na problemática conceitual adotada por Manoel Maurício de Albuquerque, as estruturas econômica, jurídico-política e ideológica não constituem, portanto, compartimentos isolados nem etapas sucessivas de uma explicação linear, “determinadas” em primeira ou última instância pelo nível econômico, embora o desenvolvimento cumulativo do sistema econômico provoque efeitos recorrentes nas demais esferas da vida social. Elas correspondem a níveis distintos de uma mesma formação social concreta, cada qual dotado de práticas, instituições, tensões e agentes específicos. Senão, vejamos.

A estrutura econômica é definida, prioritariamente, pelas relações de produção básicas que organizam os sistemas econômicos dominantes

na formação social brasileira, e pelo modo como estes subordinam outras formas de organização do trabalho. Por isso, Manoel Maurício não caracteriza a economia colonial apenas pela exportação de açúcar, ouro, algodão ou outros gêneros, mas pela dominância das relações escravistas que organizavam essas atividades. Ao lado do escravismo existiam relações que ele denomina feudais, formas comunitárias indígenas, pequenas atividades artesanais, práticas de assalariamento e unidades produtivas nas quais se combinavam trabalhadores livres e escravizados. A formação social não correspondia, assim, à manifestação pura de um modo de produção, mas constituía uma articulação desigual de relações diferentes, submetidas à dinâmica de funcionamento das relações dominantes. A análise econômica inclui ainda os agentes sociais, isto é, os trabalhadores diretos, os proprietários dos meios de produção, a burguesia mercantil de natureza pré-capitalista, os setores financeiros, os intermediários e os grupos vinculados ao aparelho estatal. Também abrange a inserção internacional da economia, pois o escravismo brasileiro foi inicialmente subordinado à política mercantilista portuguesa e, depois de 1808, ao capitalismo mundial sob hegemonia britânica. Um esquema teórico homólogo opera em outros períodos da evolução da formação social brasileira.

A estrutura jurídico-política compreende o Estado, o direito, a administração, os mecanismos de coerção e as instituições responsáveis por organizar e preservar determinadas relações de poder e de dominação. Uma das contribuições mais importantes de Manoel Maurício consiste em distinguir a periodização jurídico-política da periodização econômica, na medida em que elas apresentam dinâmicas próprias, não inteiramente redutíveis a outras esferas da vida social. A condição colonial, por exemplo, não define

por si mesma as relações de produção, mas designa uma forma específica de subordinação política, na qual o centro das decisões estatais se encontra em outra formação social. A economia brasileira permaneceu dominantemente escravista mesmo depois do encerramento jurídico-político do colonialismo português, demonstrando que a Independência não alterou imediatamente a estrutura econômica. Do mesmo modo, a monarquia unitária implantada em 1822 preservou o Estado escravista e assegurou o predomínio dos proprietários, comerciantes e financiadores, especialmente dos setores localizados na região Sudeste. A partir de 1930, o intervencionismo estatal, a legislação trabalhista, o corporativismo e a expansão das funções econômicas do Estado expressaram novos equilíbrios entre os agentes sociais e a necessidade de administrar politicamente uma sociedade industrial em formação.

A estrutura ideológica, por sua vez, não aparece apenas como um conjunto de ideias abstratas representadas tão somente pelas obras de “grandes autores”, mas como uma rede de práticas, instituições e discursos que produzem representações da sociedade e orientam o comportamento dos agentes, constituindo um sistema de relações sociais e de práticas semelhante ao que os cientistas sociais contemporâneos denominam “esfera pública”. Igreja, sistema educacional, imprensa, produção historiográfica, literatura, manifestações artísticas e discursos políticos participam da elaboração dessas imagens do mundo. Durante a etapa colonial, os aparelhos ideológicos hegemônicos, vinculados ao Estado absolutista português, contribuíram para legitimar a ordem escravista, a dominação metropolitana e a desigualdade social. Entretanto, esses aparelhos não esgotam o mapeamento de toda esfera pública, e não

impediram o surgimento de ideias contestatórias. O liberalismo foi apropriado por diferentes grupos sociais e reinterpretado segundo seus interesses: entre setores proprietários, podia fundamentar o livre comércio e a autonomia política sem necessariamente questionar a escravidão; entre segmentos urbanos e movimentos mais radicalizados, podia assumir conteúdos igualitários e anticoloniais. Caracterizar uma ideologia dominante não implica, portanto, postular que esta seja inteiramente homogênea, pois constitui também um campo de lutas, que se refrata em contextos sociais distintos sendo reprocessadas por diferentes grupos sociais. Essa perspectiva orienta os estudos de Maneco sobre a escravidão, o racismo, a abolição, o autoritarismo e a fabricação de mitos históricos. Sua crítica à ideia de evolução pacífica, à harmonia entre as “três raças” e à cordialidade do brasileiro procura demonstrar como certas representações ideológicas posteriores encobrem conflitos e transformam a violência social em conciliação nacional. Movimentos como Canudos, Contestado, quilombos e resistências indígenas deixam de ser explicados como fanatismo ou desordem e passam a ser relacionados às contradições da dinâmica da formação social brasileira.

A abrangência do método de Maneco reside precisamente na complexidade da articulação e interação recíproca entre essas três estruturas e no reconhecimento de que suas transformações não ocorrem somente de forma linear ou evolutiva, num processo não pontuado por mudanças e saltos qualitativos, que medeiam entre diferentes períodos de relativa estabilidade, o que não significa afirmar que os conflitos e tensões entre grupos sociais estejam ausentes.

Podemos esquematizar essa visão no quadro abaixo, que representa uma reconstrução sintética da periodização proposta por Manoel Maurício. Tal resumo esquemático permite visualizar os grandes períodos históricos nos quais são delimitadas as etapas de desenvolvimento da formação social brasileira. Seu objetivo é oferecer uma síntese da visão de Manoel Maurício e também estimular o leitor a uma leitura mais aprofundada de sua obra, a fim de identificar os fatores associados à mudança e à transição de uma etapa para outra.

Quadro 01 – Periodização da formação social brasileira a partir de Albuquerque

Período aproximado	Estrutura econômica (sistema econômico)	Estrutura jurídico- política (instituições político- jurídicas)	Estrutura ideológica (esfera públi
Formação colonial escravista – século XVI a 1808	Dominância das relações escravistas, inicialmente indígenas e depois predominantemente africanas. Agroindústria açucareira, extrativismo vegetal e mineral, agricultura	Subordinação da formação brasileira ao Estado absolutista português. Capitanias hereditárias, governos-gerais, capitanias reais, Estados do Brasil	Catolicismo aparelhos ideológicos vinculados absolutismo. Legitimação re e jurídica escravidão e hierarquia Ideologias mercantilistas,

	exportadora e pecuária. Existência subordinada de relações feudais, comunitárias, artesanais e assalariadas. Economia especializada e dependente, submetida ao monopólio comercial, tributação e à acumulação mercantil portuguesa.	e do Maranhão. Controle metropolitano do comércio, da administração e das relações exteriores. Repressão às revoltas dos trabalhadores e aos conflitos entre proprietários coloniais e agentes metropolitanos.	patriarcais e m No final da difusão seleti liberalismo, apropriado maneiras dife pelos proprietários, s urbanos movimentos anticoloniais.
Crise colonial e transição para o Estado nacional – 1808 a 1822	Continuidade do escravismo, agora subordinado mais diretamente ao capitalismo mundial. Fim do monopólio português, abertura comercial e crescente hegemonia britânica.	Transferência da Corte portuguesa, instalação do aparelho estatal no Rio de Janeiro e elevação do Brasil a Reino Unido. Crise do sistema colonial, Revolução do Porto e processo de	Conflito legitimizações absolutistas princípios libe constitucionais Expansão das de sobre representação comércio. Liberalismo reinterpretado agentes que,

	Transformações alfandegárias, financeiras e manufatureiras, ainda limitadas pelo predomínio agrário- escravista.	Independência. Deslocamento do centro das decisões políticas sem ruptura imediata com as estruturas sociais anteriores.	grande pretendiam autonomia p sem alteração das re escravistas.
Estado nacional monárquico e escravista – 1822 a aproximadamente 1870	Predomínio da agricultura escravista de exportação, com crescente importância do café. Permanência do açúcar e de outras atividades agrárias. Dependência comercial e financeira. Desenvolvimento limitado de manufaturas e serviços. Início da expansão do assalariamento, da imigração e do mercado interno.	Monarquia unitária, Constituição de 1824, Poder Moderador e centralização política. Resistências provinciais e movimentos regionais durante o Primeiro Reinado e as Regências. Reforçamento da autoridade imperial a partir de 1835 e estabilização parlamentar depois de 1850.	Combinação liberalismo, monarquismo, catolicismo of legitimação escravidão. Convivência e princípio soberania popu autoridade din Ideologias nac construídas classes domin acompanhadas representações religiosas, pop e contestatória grupos subordinados.

		Estado orientado para preservar a propriedade e a coesão da ordem escravista.	
Transição do escravismo ao capitalismo – aproximadamente 1870 a 1889	Expansão do trabalho assalariado, da imigração, do mercado consumidor e das atividades industriais. Crescimento do café, dos transportes, do sistema financeiro e dos investimentos estrangeiros. Perda progressiva da funcionalidade econômica do escravismo, culminando na Abolição.	Crise da monarquia, enfraquecimento de suas bases sociais e crescimento das campanhas abolicionista e republicana. Conflitos entre o aparelho imperial e novos agentes econômicos, setores militares, grupos urbanos e oligarquias regionais. Abolição em 1888 e queda da monarquia em 1889.	Ampliação abolicionismo, republicanismo, críticas à monarquia. Reorganização do liberalismo em acordo com interesses capitalistas emergentes. Permanência de concepções racistas e elitistas restringiam a incorporação política e social dos liberais e populares.
Capitalismo liberal e Primeira República	Dominância das relações capitalistas, embora com forte	República presidencialista e federalista. Fase	Liberalismo e federalismo oligárquico

República – 1889 a 1930	peso da economia agrária e exportadora. Centralidade do café, continuidade do açúcar e crescimento gradual da indústria. Inserção dependente no capitalismo mundial, presença do capital estrangeiro e predominância inicial do liberalismo econômico.	inicial caracterizada por Maneco como “ditadura republicana”, seguida pela política dos governadores e pela dominância dos grandes estados. Poder oligárquico, restrição da participação popular e forte repressão aos movimentos rurais e urbanos.	ideologias da e do prog Representação República regime uni apesar da ex eleitoral e Estigmatizaçã Canudos, Contestado, gr movimentos populares manifestações fanatismo, atra desordem.
Capitalismo sob intervencionismo estatal – 1930 à contemporaneidade da obra	Intervenção crescente do Estado na economia, protecionismo industrial, expansão do mercado interno, industrialização e diversificação financeira. Permanência de setores agrários e	Governo provisório, Constituição de 1934, corporativismo e política de massas. Estado Novo, redemocratização de 1945, instabilidade	Nacionalismo econômico, corporativismo, trabalhismo, populismo desenvolvimen Legitimações autoritárias fundadas na c na segurança modernização.

	desigualdades regionais. Ampliação das relações capitalistas e continuidade da dependência externa.	política e populismo. Após 1964, reorganização autoritária do Estado, repressão política e resistência social.	mesmo t desenvolvimen ideologias democráticas, socialistas, na populares e formas de resis ao autoritarism
--	---	--	--

Fonte: Elaboração própria a partir de Albuquerque (1984)

Feito esse resumo da aplicação do esquema althusseriano na obra de Manoel Maurício, deve-se sublinhar também que outros autores procuraram utilizar de maneira distinta as elaborações do estrutural-marxismo de matriz althusseriana para reinterpretar a reprodução e o devir histórico da formação social brasileira. Dentre estes, destacamos as contribuições de Décio Saes que retrabalha as categorias althusserianas de uma maneira distinta da efetuada por Manoel Maurício. Na impossibilidade de detalhar toda a visão da evolução da formação social brasileira construída a partir de uma elaboração crítica do esquema estrutural-marxista, cabe registrar que esta grade analítica pode conduzir a uma outra periodização histórico-estrutural, distinta da proposta por Manoel Maurício. Esquemmatizando bastante, apenas para fins de registro das possibilidades explicativas que uma utilização crítica do marxismo de cunho “althusseriano” pode conduzir, elaboramos abaixo o seguinte quadro-síntese da visão de Saes sobre o mesmo processo.

**Quadro 02 – Periodização da formação social brasileira
reconstruída a partir de Saes**

Período	Estrutura jurídico- política e Estado	Sistema político / forma de regime	Sistema hegemônico	Siste econ
Colônia e Império (século XVI–1888)	Estrutura jurídico- política escravista moderna; Estado colonial e, depois, Estado imperial organizam a desigualdade entre homens livres e escravizados. Esse sistema se mantém nas fases colonial, semicolonial e nacional do Estado escravista brasileiro	Instituições particularistas, monarquia centralizada e participação política restrita aos homens livres qualificados. Ausência de sistema político democrático. O domínio da burocracia escravista sobre o Conselho de Estado inviabiliza a instauração de uma democracia escravista no Brasil	Dominação dos proprietários escravistas, articulados ao grupo mercantil; na vigência da dominação colonial, a burguesia mercantil metropolitana exerce a hegemonia política, que se descola para a burguesia mercantil pré- capitalista autóctone na etapa nacional	Predom escrav mode articu capita ao mund de pesso subor empr escrav

Revolução política burguesa (1888–1891)	Abolição destrói o direito escravista; República e Constituinte completam a formação do Estado burguês e de uma estrutura jurídico-política universalista.	Abertura formal da cidadania e implantação de instituições republicanas; ruptura do tipo histórico de Estado. Ditadura militar provisória serve de transição para a instauração de uma democracia oligárquica.	Escravidos rurais e classe média urbana são forças decisivas da ruptura; não se trata de uma revolução dirigida pela burguesia.	Crise e subversão; mão-de-obra; Relações de capital; difusão de gêneses jurídicos; burguesia; antecipa o predomínio econômico do capital.
Primeira República (1889–1930)	Estado burguês já constituído, mas convivendo com relações econômicas e formas de dominação pessoal ainda pré-capitalistas.	Democracia oligárquica limitada; federalismo descentralizado com controle local por oligarquias pré-capitalistas; sistema partidário frágil e acordos extrapartidários, sobretudo a política dos governadores.	Hegemonia <i>stricto sensu</i> da burguesia mercantil; hegemonia <i>lato sensu</i> da propriedade fundiária por meio da ideologia da vocação agrária.	Transição do capital; predomínio da agricultura; exportação; presença de comércio bancário e de capital.

Ausência de hegemonia e industrialização (1930–1964)	Centralização e expansão do aparelho estatal burguês; maior autonomia relativa da burocracia. Revolução de 30 marca uma reorganização modernizante do Estado Capitalista	Alternância entre governo provisório, Estado Novo e democracia limitada; partidos e sindicatos operam sob forte direção burocrática, dificultando a institucionalização dos órgãos de representação. O fenômeno do populismo dificulta a institucionalização e capilarização de partidos trabalhistas de massa.	A burguesia comercial-exportadora é derrotada sem que a burguesia industrial conquiste direção estável; a burocracia conduz o processo industrializante.	Indus dirigi Estad ao avanç comp de 19
Ditadura e sistema monopolista (1964–meados dos anos 1980)	O tipo burguês de Estado permanece, mas a forma estatal e o regime tornam-se	Predomínio da burocracia militar e tecnocrática; partidos, Parlamento, sindicatos e movimentos	Grande capital bancário dirige, em sentido estrito, um sistema hegemônico monopolista; o	Capit monoc conce centra capita entre

	ditatoriais, centralizados e repressivos.	populares são subordinados ou reprimidos.	industrialismo cumpre função legitimadora mais ampla.	privatização e estratégias
Liberalização e crise da ditadura (anos 1970–1980)	Transformação interna da forma de Estado, sem substituição da estrutura jurídico-política burguesa.	Liberalização sob pressão, jogo de concessões e conflitos; posterior restauração da função governativa de partidos e Parlamento. Ditadura liberalizada não se confunde com redemocratização e “transição para a democracia”.	Desgaste da direção organizada sob o regime militar e recomposição das relações entre burocracia, partidos e frações dominantes. Fracasso da política econômico-financeira leva à crise de legitimidade do regime militar.	Crise do desenvolvimento econômico e inflação e mudança nas condições sistêmicas
Transição para a democracia Reorganização neoliberal (anos 1990)	Estado burguês e democracia limitada permanecem; concentração decisória no	Competição eleitoral e multipartidarismo coexistem com forte capacidade das burocracias econômicas e dos	Capital financeiro internacional dirige o campo político neoliberal; frações	Abertura econômica e privatização desnatando prioridades estabelecidas e monetarismo

	Executivo favorece a reforma do Estado num sentido neoliberal	centros financeiros de orientar decisões, numa primeira fase da democracia. Vitória de uma coalizão política dirigida por partidos de esquerda gera possibilidade de alternância	subordinadas aderem parcialmente e resistem às medidas lesivas a interesses específicos.	obstá políti distrib consi
--	--	--	--	-------------------------------------

Fonte: elaboração própria a partir de Saes (1985, 2024, 2025).

Assim, fechando este texto introdutório, talvez um bom exercício de leitura seja percorrer as obras de Manoel Maurício cotejando-as com outras contribuições que trabalharam como uma proposta teórica homóloga, procurando identificar as semelhanças e diferenças elas. Este procedimento pode levar à formulação de novos problemas historiográficos, ilustrando assim o caráter fecundo e multifacetado das contribuições do estrutural-marxismo para a análise das estruturas, da história e dos atores que fizeram e fazem parte do desenvolvimento de longo prazo de nossa formação social.

Referências

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. *Pequena história da formação social brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. *Mestre-escola bem-amado, historiador maldito*. Organização de Eulália Maria Lahmeyer Lobo et al. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Fundação Universitária José Bonifácio, 1987.

SAES, D., 1985. *A formação do Estado burguês no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.

SAES, D., 1998. O impacto da teoria althusseriana da história na vida intelectual brasileira. In: J.Q. de MORAES, org. *História do marxismo no Brasil: teorias e interpretações*. Vol. 3. Campinas: Editora da Unicamp, pp. 11–122.

SAES, D., 2025. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

THOMPSON, E. P. (1978). *The poverty of theory and other essays*. Londres: Merlin Press.